

Verba extra para a Saúde ameaça plano

Leonardo Attuch

Vencida a guerra interna no governo para aprovar o Fundo Social de Emergência sem muitas alterações, a equipe econômica enfrenta nova batalha para viabilizar o plano de estabilização. Trata-se de manter o equilíbrio dos gastos da União. O presidente Itamar Franco teria se sensibilizado com as reivindicações do ministro da Saúde, Henrique Santillo, que pretende acrescentar mais US\$ 5 bilhões ao orçamento de sua pasta.

O novo ministro do Planejamento, senador Beni Veras (PSDB-CE), empossado na quarta-feira, já assume com uma missão delicada. Veras deverá costurar o conflito entre os ministérios da Fazenda e da Saúde. O senador é também cotado para substituir o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, caso

ele deixe o cargo para concorrer à sucessão presidencial. A nomeação de Veras já foi a primeira vitória da equipe econômica.

No decorrer desta semana, técnicos da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), ligada ao Planejamento, começaram a preparar um relatório apontando os impactos dos cortes efetuados na dotação do Ministério da Saúde. Pela última versão da proposta orçamentária levada ao Congresso, a Saúde teria cerca de US\$ 9 bilhões. Do total, US\$ 1 bilhão já estaria comprometido com o pagamento de dívidas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Com os cortes orçamentários, mais de três milhões de crianças deixarão de ser beneficiadas pelo programa de distribuição de leite do Ministério da Saúde. Os dados são do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan).

Parlamentares oferecem apoio

Mesmo que o orçamento da Saúde não seja revisto na Secretaria do Planejamento, que ainda não apresentou a versão definitiva da proposta ao Legislativo, a meta de déficit zero — vital para o plano do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso — pode se dissipar no Congresso. Muitos parlamentares, de diversos partidos, têm ido ao Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição buscar recursos do programa do leite para seus municípios e se comprometeram a tentar elevar o orçamento da Saúde dentro do Congresso, por meio das emendas que podem apresentar à proposta do Executivo.

Antes da aprovação do Fundo Social de Emergência, Cardoso acusou os ministros da Educação, Murilo Hingel, do Bem-Estar Social, Leonor Franco e da Saúde, Henrique Santillo, de sabotar o programa de estabilização. Hingel e Leonor eram contrários à suspensão, expressa no Fundo, das vinculações de receitas para suas pastas. Santillo estaria, segundo Cardoso, mobilizando parlamentares para

adulterar o orçamento.

Em 1989, os gastos com o Sistema Único de Saúde (SUS) atingiram seu pico: US\$ 80 por habitante. Em 1993, as despesas per capita não chegaram a US\$ 50. A cronologia da crise teve vários sobressaltos e se agravou com algumas medidas do Plano FHC de combate à inflação.

No ano passado, o Ministério da Previdência Social reteve verbas que iriam para a Saúde para tapar buracos das pensões e aposentadorias. Em razão disso, o Tesouro Nacional teve de emitir cerca de US\$ 1 bilhão em títulos, lastreados com recursos do FAT.

Com a apresentação do Plano FHC, em dezembro, o governo editou a Medida Provisória nº 396. Pela MP, despesas com previdência e pessoal, entre outras, tiveram a possibilidade de extrapolar o teto de um 1/12 avos por mês a que cada órgão faz jus antes da aprovação da proposta orçamentária.

**Beni Veras assume
o Planejamento com
a missão de
apaziguar conflito
entre os ministérios
da Saúde e Fazenda**

